

Papel do Citicorp no acordo com os credores vai ser decisivo

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A renegociação da dívida externa brasileira com o comitê assessor de bancos acontecerá com uma forte influência do seu maior credor privado, o Citicorp, que é por mais de uma razão um banco diferente dos outros nesse contexto. E as linhas gerais que o Citicorp aplicará nas conversas foram recentemente delineadas por seu executivo sênior internacional, William R. Rhodes. "O governo do Brasil está a cerca de cinco meses em seu programa de reforma econômica, enfrenta o difícil desafio de se equilibrar entre a hiperinflação e a recessão. O presidente do Citibank, John Reed, e eu nos reunimos com o presidente Collor de Mello e sua ministra da Economia no mês passado, para discutir o programa de reforma interna e a dívida externa do Brasil. Embora o governo não tenha fixado uma data para iniciar negociações, poderá começar as conversas com os bancos comerciais em breve", disse ele referindo-se ao Brasil e à Argentina. Rhodes disse ainda que "a continuação do atraso no pagamento dos juros vai se tornar cada vez mais difícil sem completar o acordo em torno de pacotes financeiros dos bancos comerciais para os países em questão, e portanto vai atrasar seus programas de reforma e crescimento econômico".

Rhodes estava em Caracas, como oficial sênior do Citibank na Venezuela, quando o presidente John Kennedy mostrou que seu



William R. Rhodes

programa econômico para a América Latina, Aliança para o Progresso, seguia as pegadas da "política de boa vizinhança". Ele estava também, três décadas antes, e três décadas depois de Kennedy, em junho passado, na Casa Branca ouvindo o presidente republicano George Bush lançar sua "iniciativa para as Américas".

A INICIATIVA DE BUSH

"Ao enfatizar a redução da dívida pelos governos credores e reconhecer que a dívida oficial tem de ser parte da equação, a iniciativa de Bush se tornou uma extensão necessária do Plano Brady", argumenta. "Ele reconhece também o fato de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) terá um papel central no futuro do crescimento da América Latina."

O executivo sênior do Citicorp conta que, há poucas

semanas, a convite do presidente Enrique Iglesias, discursou perante a diretoria do BID em Washington, num encontro fechado, para debater o início de um novo plano para co-financiamento entre o BID e os bancos comerciais, para prover fundos para viabilizar programas que valham a pena em países que estejam aplicando em projetos sérios para reformar suas economias".

Ele observa depois que o plano de redução da dívida lançado no ano passado pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, de fato propõe que a redução substitua o dinheiro novo como peça central das renegociações. "Mas ele também assinalou um ponto, largamente subestimado desde então, sobre a continuação de algum fluxo de dinheiro novo, que deve permanecer como uma parte essencial da estratégia." O problema, a seu ver, é que isolar apenas a redução da dívida basicamente encoraja os bancos a encerrar seus relacionamentos de empréstimos com os países participantes do plano Brady. O que torna o Citicorp diferente nesse contexto é que, ao contrário da maioria dos bancos comerciais, ele está disposto a entrar com dinheiro novo na renegociação do México em julho de 1989 e deu mais US\$ 150 milhões no recente acordo da Venezuela.

Especialistas às vezes sugerem que o Citicorp faz isso não porque deseja, mas porque precisa. Ele é o banco norte-americano mais afetado pelos empréstimos a países em desen-

volvimento depois do Manufacturers Hanover; e esses dois são justamente os bancos com menores reservas contra esses empréstimos, ao nível de um terço do valor total, quando todos os grandes bancos estabeleceram reservas de pelo menos 50%.

CASO A CASO

Rhodes indica que o banco "apóia uma abordagem mais balanceada para os futuros pacotes de financiamento de bancos comerciais (aos países endividados), em que, além da redução voluntária da dívida, se reconheça a importância do fluxo continuado de algum dinheiro novo quando justificado, numa base de caso a caso".

Entre as hipóteses de dinheiro novo que ele menciona para futuros acordos estão instrumentos de financiamento de comércio, empréstimos de dinheiro de terceiros (on-lending), financiamento de projetos, bônus de dinheiro novo, conversões de dívida por investimento, e co-financiamentos com o Banco Mundial (Bird) e bancos regionais de desenvolvimento.

Rhodes insiste em que os novos pacotes, que devem incluir o brasileiro, precisem ser desenhados não apenas para "prover instrumentos de saída para os bancos, mas também criar incentivos para os que queiram continuar emprestando para a América Latina". Se isso não acontecer, conclui, "muitos países em desenvolvimento vão ter de contar apenas com sua poupança interna e fluxo de capital de fontes oficiais".